

A invenção da Tradição do São João de Ibicuí-Bahia pela mídia e o turismo

Itamar de Jesus Souza*

Resumo: O objetivo desse artigo é apresentar o resultado parcial da pesquisa realizada no programa de Mestrado em Cultura e Turismo sobre a invenção da tradição do São João de Ibicuí-Bahia pela mídia e o turismo. Pertencente ao mesmo tempo ao universo rural e urbano, portadora de uma memória coletiva ancestral que remete aos cultos agrários de proteção e agradecimento cristianizados pela Igreja, a festa vem passando por modificações visando inseri-la no concorrido mercado de consumo da mídia e do turismo. Trabalha-se com a hipótese de que esses dois elementos da modernidade operam de forma articulada: o turismo, agenciado pelo estado, município e elites locais, recria os espaços e se apropria das tradições, ao passo que a mídia, além de se constituir como elemento de divulgação, reelabora os conteúdos da tradição os inserindo no mercado de consumo da Indústria Cultural.

Palavras-chave: memória; tradição; mídia e turismo.

* Graduado em comunicação Social pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Pós-graduado em Docência do Ensino Superior pela UNIME. Mestrando em Cultura e Turismo pela UESC. E-mail: tuca.musica@yahoo.com.br

Introdução

A festa é um espaço privilegiado da memória. Nela estão presentes os elementos que devem ser transmitidos as futuras gerações, mas também aqueles que devem ser esquecidos. Ela espelha as disputas de poder dos diversos grupos que compõem uma sociedade.

A invenção de tradições é um processo onde o tema da memória ganha destaque. A apropriação de costumes tradicionais e sua realocação em um contexto diverso do que os gerou repõe o tema da memória em discussão. O que fica para as próximas gerações e o que está destinado ao limbo do esquecimento?

O objetivo desse artigo é analisar a invenção da tradição do São João de Ibicuí-Bahia pela mídia e o turismo. Esse processo tem origem na década de 1980, quando o Poder Público Municipal e empresários locais resolvem transformar a festa em produto turístico-cultural, para o qual a divulgação nos meios de comunicação passou a ser fundamental.

Antes, porém, torna-se necessário um breve histórico sobre as festas, ao mesmo tempo em que são esclarecidos os principais conceitos que nortearam essa reflexão. Metodologicamente, foi feito uso da pesquisa bibliográfica, descritiva e analítica.

Festa, espaço da memória

As festas estão presentes em praticamente todas as sociedades e se revelam como expressão das crenças e da cosmovisão de um povo. Suas raízes remontam ao desenvolvimento da agricultura, a partir do período conhecido como neolítico. Há no aparecimento da festa uma atitude de reverência à natureza ou a divindades para que possam intervir evitando pragas ou qualquer tipo de dano as plantações. A festa nesse momento se manifesta através de ritos de proteção e agradecimento. Esses ritos agrários subsistiram às investidas do tempo, sendo encontrados durante a modernidade (GINZBURG, 1988; ELIADE, 1998).

Na antiguidade clássica são inúmeras as festas devotadas aos deuses gregos e romanos. Na Grécia são memoráveis os banquetes onde Platão produziu especulações dignas de nota na história da filosofia ou os festejos em honra ao deus Dionísio. Na Roma dos césores, as festas seguiam o decorrer dos meses do ano e a religiosidade perpassava todas elas (CARDOSO, 2005). Entretanto, algumas festas como as Bacanais, em honra ao deus Baco, de acentuado tom orgiástico, aos poucos foram perdendo o seu caráter religioso, sendo até mesmo proibidas pelo Senado. Além disso, os jogos que ocorriam simultaneamente às festas também serviam como forma de entretenimento.

No século IV, com a expansão do cristianismo através de Constantino, muitas dessas festas deixam de ser realizadas, devido à sua cristianização pelo império romano (CARDOSO, 2005; OLIVIERI, 2005). Assim, as procissões, preces coletivas e oferendas são transpostas para esse novo contexto. Ao calendário pagão segue-se um calendário cristão que promove o enquadramento da memória das festas romanas (POLLAK, 1989). Esse enquadramento é entendido aqui como a reconstrução da memória coletiva de acordo com os interesses dos novos grupos a frente do Estado romano, os cristãos. Desse modo, a comemoração do solstício de inverno será substituída pelo Natal, as festas da primavera pela Páscoa, e as do solstício de verão pelo Pentecostes (CARDOSO, 2005). Além disso, o culto aos deuses é substituído pelo culto aos santos.

Com o predomínio da igreja católica durante a Idade Média esse processo se acentua. A ortodoxia da igreja não tolerava a convivência com crenças arcaicas denominadas pagãs que continuavam a ser praticadas na Europa. Em Portugal, por exemplo, a Igreja contava com o apoio do poder temporal, ou seja, do rei, para combater as antigas tradições (GONÇALVES, 2005). Essa união não era gratuita, pois se temia que essas manifestações da cultura popular também viessem ameaçar o poder estabelecido. Para fazer valer a normatização do cristianismo contra as crenças populares o Tribunal da Inquisição (GINZBURG, 1988) e a carta régia eram os instrumentos de coerção (GONÇALVES, 2005). A despeito disso, as práticas arcaicas, difundidas pela oralidade durante séculos, subsistiam em Portugal na Idade Média.

Esta situação seria transportada para o Brasil Colonial. As festas desse período seriam marcadas por seu caráter oficial, estimuladas pelo Estado e a Igreja. Tal situação, por sua vez, se estenderia também para o Brasil independente, tanto na Monarquia quanto na República

(MARQUES DE MELO, 2001). Essas festas, de viés notadamente conservador, tinham a função de demarcar os lugares dos indivíduos na hierarquia social. Fazem parte deste rol as paradas militares e outras festas cívicas, as procissões e os festejos dos santos padroeiros (DA MATTA, 1984 apud MARQUES DE MELO, 2001).

Apesar do caráter elitista dessas festas e da tentativa de controle e manutenção da ordem as camadas populares encontravam meios próprios de expressão. Trata-se aqui de algo que está no domínio dos usos e apropriações realizados no cotidiano das classes populares e que escapam ao controle do poder constituído (CERTEAU, 1994). Dessa maneira, aos poucos os ritos oficiais e sagrados foram transformados em ritos oficiosos e profanos, e em muitos casos contando com a tolerância ou indiferença do poder constituído. Tais apropriações se manifestavam como uma espécie de deselitização do calendário cívico-religioso, e até mesmo como resistência cultural (MARQUES DE MELO, 2001).

As festas religiosas servem como um exemplo típico desses usos e apropriações realizados pelas camadas populares. Há um momento sagrado, sob o controle da autoridade eclesiástica, onde ocorrem as missas, os sermões e a benção; e outro momento profano do lado de fora do templo, às vezes realizado por devotos ou não, onde estão presentes as quermesses, músicas, danças, brincadeiras, jogos e comidas típicas (BELTRÃO, 1980 apud MARQUES DE MELO, 2005).

Ao longo do tempo algumas festas desapareceram, outras permanecem vivas na contemporaneidade devido a sua capacidade de se adaptar aos novos tempos. Entre os fatores que intervieram na dinâmica das festas está a diluição das fronteiras entre o urbano e o rural (MARQUES DE MELO, 2005). As festas congregam elementos do campo e da cidade ao mesmo tempo. São guardiãs de uma memória arcaica ligada aos ritos de proteção das colheitas, ao mesmo tempo em que se mesclam com elementos da modernidade presentes nas cidades como, por exemplo, a utilização dos meios de comunicação para divulgá-las.

Além disso, já não são mais patrocinadas exclusivamente pela aristocracia agrária nem são exclusividade de grupos étnicos ou camponeses. Intervêm em sua realização Ministérios e Secretarias de Cultura, empresas de bebida, jornal, rádio e televisão (CANCLINI, 2003). Entretanto, presença de todos esses agentes não significa que haja relações igualitárias.

Se as festas mudam a cada vez que são realizadas é porque elas se constituem como um dos lugares da memória coletiva. É uma característica intrínseca da memória acessar o

passado e adaptá-lo as necessidades do presente (LE GOFF, 1990). “Os espaços da festa e da memória frequentemente se entrelaçam, pois a festa ritualiza e reatualiza algumas dimensões da memória” (LESSA; BUSTAMANTE, 2005, p. 16).

A memória também é seletiva, separando o que deve permanecer e aquilo que deve ser esquecido. As festas ao longo da história sofreram acréscimos, foram apropriadas e, até mesmo, suprimidas atendendo aos interesses de diferentes grupos. O que se conhece hoje não é o que existiu, mas o que, através de sucessivas escolhas e seleções, sobreviveu ao tempo (LESSA; BUSTAMANTE, 2005). Por esse motivo, além de ser uma conquista dos grupos humanos a memória também é instrumento e objeto de poder (LE GOFF, 1990).

Ademais, a memória é parte importante da identidade de um grupo, reforçando os laços de continuidade entre o sujeito e a comunidade que pertence (POLLAK, 1992). Por isso, nos dias atuais a busca da identidade se tornou uma das principais atividades dos indivíduos e da sociedade (LE GOFF, 1990).

Outra característica das festas enquanto manifestação da memória coletiva é a presença de aspectos invariantes. A memória, embora fluida, flutuante e mutável apresenta elementos constantes (POLLAK, 1992). Para efeito de exemplificação pode-se utilizar a festa de São João no nordeste que vem se modificando para atender aos apelos do novo mercado cultural da sociedade midiática e do turismo (TRIGUEIRO 2001). Mesmo com mudanças em seu conteúdo visando inseri-la na sociedade globalizada muitos de seus aspectos permanecem.

Costumes, Tradição e Tradição Inventada

Essa característica da memória, ou seja, de um lado fluida e por outro conservando elementos invariantes aproxima-se das reflexões sobre os costumes das camadas populares no século XVIII feitas por Thompson (1998). Para esse autor ao mesmo tempo em que apresentavam um caráter dinâmico adaptando-se as exigências do presente, os costumes tradicionais serviam como uma maneira de as classes populares contornarem a sua alienação frente ao universo da cultura letrada, transmitindo o seu saber por via oral.

Além disso, os costumes representavam uma espécie de contraponto à racionalidade capitalista associada às camadas privilegiadas daquela sociedade. Assim, escreve Thompson (1998: 19):

a cultura conservadora da plebe quase sempre resiste, em nome do costume, às racionalizações e inovações da economia (tais como os cerceamentos, a disciplina do trabalho, os “livres” mercados não regulamentados de cereais) que os governantes, os comerciantes ou os empreendedores querem impor.

Por outro lado, o autor adverte que na contemporaneidade dois aspectos vêm modificando os costumes da cultura popular, são eles a remodelagem das necessidades e as mudanças nas expectativas baseadas nos costumes. De acordo com Thompson (1998: 23), “as gerações sucessivas já não se colocam em posição de aprendizes umas das outras” e isso se dá entre outras coisas “pela pressão irresistível, acelerada em toda parte pelos meios de comunicação universalmente disponíveis”. Esse comentário vai ao encontro da reflexão proposta aqui, que tem na mídia, aliada ao turismo, um dos elementos responsáveis por modificações nas tradições.

Para Hobsbawn e Ranger (1998) tradição e costume não são a mesma coisa. Segundo esses autores as tradições, mesmo as inventadas, aspiram à invariabilidade, pois ambas remetem a um passado de práticas fixas e formalizadas através da repetição. O costume, por sua vez, “não pode se dar ao luxo de ser invariável, porque a vida não é assim mesmo nas sociedades tradicionais” (1998: 10).

Sobre as tradições inventadas os dois autores admitem que normalmente a expressão seja usada em termos muito amplos, embora advirtam que nunca indefinido. A partir de então se põem a especificar o que querem dizer com essa definição. Não é qualquer prática social que pode se enquadrar nesse conceito. As convenções e rotinas, por exemplo, não podem ser consideradas como tal, pois são justificadas por seu aspecto técnico e não ideológico. Nesse sentido é que os autores explicam que só depois de liberados de sua utilização prática é que os objetos adquirem a plena utilização simbólica ou ritual.

Ainda segundo esses autores é provável que não exista lugar ou tempo que não tenha inventado tradições, porém sob determinadas condições é possível que elas ocorram com maior frequência. Por exemplo (Hobsbawn; Ranger, 1998: 12),

quando uma transformação rápida da sociedade debilita ou destrói os padrões sociais para os quais “velhas” tradições foram feitas, produzindo novos padrões

com os quais essas tradições são incompatíveis; quando as velhas tradições, juntamente com seus promotores e divulgadores institucionais, dão mostras de haver perdido grande parte da capacidade de adaptação e da flexibilidade; ou quando são eliminadas de outras formas.

A referência acima faz parecer que a invenção de tradições é algo inerente as sociedades tradicionais. Por isso, os autores citados logo se apressam em informar que ela também ocorre, sob as mais diversas formas, na sociedade moderna. Outro equívoco é considerar que só a obsolescência das tradições contribui com esse processo esquecendo-se do papel atribuído a adaptação das mesmas as novas condições.

Como exemplo da utilização de elementos antigos na elaboração de novas tradições inventadas pode ser citado o surgimento dos nacionalismos do século XIX e início do XX. Aqui, Hobsbawn e Ranger (1998) argumentam que o elemento ideológico da invenção de tradições torna-se explícito, pois nesse movimento o que se tenta passar a posteridade não é “aquilo que foi realmente conservado na memória popular, mas aquilo que foi selecionado, escrito, descrito, popularizado e institucionalizado por quem estava encarregado de fazê-lo” (1998: 21)

Além disso, no livro *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade* (1990) Hobsbawn evidencia o papel da economia de mercado na formação desses Estados-nação. Para essa reflexão, é importante notar como esse protagonismo da economia na invenção de tradições permanece atual através de agentes como o turismo e a mídia.

São João de Ibicuí-Bahia: a invenção da tradição pela mídia e turismo

O São João é uma das festas mais tradicionais do catolicismo popular do Nordeste. Na contemporaneidade, a festa se converteu, em muitos lugares, em produto de atração turística. É o caso da cidade de Ibicuí, no Sudoeste baiano, onde todos os anos sua realização atrai cada vez mais turistas de várias regiões da Bahia e de outros estados do Brasil.

A cidade, que teve a sua emancipação política conquistada em 1952, esta localizada a 535 km de Salvador e possui uma área de 1.163, 3 km², de acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2009). Atualmente, de acordo com o senso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007), Ibicuí possui uma população de

15. 777 habitantes, sendo que destes 11.558 vivem na zona urbana (SEI, 2009). As atividades econômicas predominantes se situam no setor primário, sendo a principal a pecuária, devido às características de sua vegetação com predominância das pastagens. Na agricultura destaca-se o plantio de cacau.

As comemorações do São João de Ibicuí remontam ao período em que a cidade era apenas um pequeno arraial, na primeira metade do século XX (FREITAS, 2004). Naquela época a festa apresentava um caráter familiar e comunitário, herança das festividades de São João realizadas em Portugal (CASCUDO 1967). As famílias acendiam fogueiras e preparavam comidas típicas para receber os familiares e amigos - a maioria a base de milho, um dos produtos agrícolas cultivados na região.

De acordo com Freitas (2004) havia sempre um grupo de amigos que saíam tocando as músicas juninas pelas ruas da cidade. Escolhiam uma casa e ao chegarem à frente perguntavam se São João tinha passado por ali. Caso o morador respondesse que sim, todos entravam para cantar e se deliciar com as comidas e bebidas preparadas para a ocasião. Dessa maneira, do período que vai da década de 1960 à década de 1980 a única mudança significativa na comemoração da festa na cidade foi a sua realização pela prefeitura na Praça Régis Pacheco a partir de 1967.

A partir da década de 1980 os elementos da tradição são adaptados há um novo contexto. O Poder Público local, percebendo a atratividade que o São João exercia nas cidades circunvizinhas, resolve divulgá-lo em cidades mais distantes de seu entorno. O objetivo é, ao utilizar um dos elementos da tradição e identidade da comunidade, movimentar a economia local.

Nesse aspecto participam também as elites econômicas locais através da criação de festas de camisa como o Tico Mia, em 1987, e Brega Light, em 2002. Tanto a festa na praça da cidade como as duas festas em espaços privados vem utilizando ao longo dos anos de diversos meios de comunicação para divulgação que incluem jornais, revistas, out-doors, rádios e internet. Nesse período os símbolos da festa como a sanfona, bandeirolas e chapéu de cangaceiro circulam por esses espaços midiáticos.

Além disso, apresentação de bandas e artistas regionais e nacionais na Praça Régis Pacheco impõe um novo formato à festa onde a comemoração em comunidade cede lugar à comemoração com pessoas desconhecidas vindas de vários pontos do país. A privatização dos

espaços através das festas de camisa evidenciam de forma contundente a presença da economia de mercado interferindo na tradição.

Para Ouriques (2005) o turismo no Brasil vem se desenvolvendo a partir da transformação do meio ambiente e de aspectos culturais em mercadoria para o consumo de uma pequena parcela. As culturas populares que, de acordo com o autor, um dia foram consideradas resquícios de um tempo que deveria ser superado, agora se converteram em atrativo para aqueles turistas que estão em busca do diferente e do exótico. Festas religiosas, tradições indígenas, o sertão, o cangaço, danças típicas de determinadas regiões, nada escapa a voracidade do capital.

Dessa maneira, a festa na cidade vai evidenciando aquilo que Hobsbawn e Ranger (1998) denominam de aspecto ideológico das tradições inventadas. A memória que se impõe referente aos costumes e tradições associadas ao São João de Ibicuí não é aquela próxima das camadas populares, mas aquela ligada aos grupos políticos e as elites locais sintonizados com o movimento maior do capital cujo intuito é inserir as tradições no circuito do mercado de consumo da mídia e do turismo.

Considerações finais

As festas acompanham a humanidade desde quando o homem resolveu abandonar a vida nômade utilizando a terra para a própria subsistência. É da necessidade de agradecer e solicitar a proteção das colheitas que surgem as primeiras festas que se tem notícia.

Cristianizadas pela igreja, as festas são portadoras de uma memória ancestral que conecta o homem contemporâneo aos seus antepassados. Representam a força dos costumes tradicionais que sobrevivem ao tempo adaptando-se as exigências do presente.

Há alguns anos as festas vêm passando por modificações que visam inseri-las no mercado de consumo da mídia e do turismo. Esse é o caso do São João de Ibicuí, cidade situada no sudoeste da Bahia. Entretanto, as intervenções vêm provocando transformações nas formas e conteúdos das manifestações culturais que têm espaço durante os festejos juninos, remodelando a identidade local para adequar-se às necessidades de consumo dos visitantes.

São os costumes que na emergência de mudanças sócio-econômicas engendradas pela racionalidade capitalista abrem caminho para as tradições inventadas. Aos poucos, a festa de caráter comunitário, que se inicia sob as bênçãos recebidas do santo homenageado na paróquia local, sede espaço para a comemoração com pessoas estranhas vindas de vários lugares do Brasil.

O passado se atualiza através da memória, e a festa é um dos espaços privilegiados dessa atualização. O que sobrevive e passa à posteridade é o resultado de uma seleção operada por alguns agentes. Na tradição inventada do São João de Ibicuí a memória popular com seus costumes e crenças vem sendo posta de lado, substituída pelos grupos associados ao poder do capital que a tudo que toca transforma em mercadoria.

Referências bibliográficas

CARDOSO, Zelia de Almeida. **Festas romanas**: da época dos reis ao advento do cristianismo. In: LESSA, Fábio de Souza; BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. **Memória e festa**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário de folclore brasileiro**. São Paulo: Global, 1969.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1 : artes de fazer. 5.ed. Nova ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

ELIADE, Mircea. **Tratado de historia das religiões**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

FREITAS, Wagner Pereira. **O público e o privado no São João de Ibicuí-Bahia**. 70f. (Trabalho de Conclusão de Curso) – Especialização em História Regional. Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2004.

GINZBURG, Carlo. **Os andarilhos do bem:** feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória;** tradução Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

LESSA, Fábio de Souza; BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. Memória e festa: um balanço. In: LESSA, Fábio de Souza; BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. **Memória e festa.** Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

MARQUES DE MELO, José. As festas populares como processos comunicacionais: roteiro para o seu inventário, no Brasil, no limiar do século XXI. In: **Anuário Unesco/Umesp de Comunicação Regional**, Ano V n.5, 109-118, jan./dez. 2001.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVIERI, Fillipo Lourenço. **O samonios/samain:** a festa que abolia a fronteira com o outro mundo. In: LESSA, Fábio de Souza; BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. **Memória e festa.** Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

OURIQUES, Helton Ricardo. **A produção do turismo:** fetichismo e dependência. Campinas, SP: Editora Alínea, 2005.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Mapa dos Municípios em síntese.** Disponível em: www.sei.ba.gov.br/index.php?option=comcontent&view=articleid=124&Itemid=105# Acesso em: 15 set. 2009.

TRIGUEIRO, Osvaldo Meira. O São João de Campina Grande na mídia: um mega espetáculo de folk-religioso. In: **Anuário Unesco/Umesp de Comunicação Regional**, Ano V n.5, 135-150, jan./dez. 2001.

